



## Trabalhadores(as) da Ebserh rejeitam proposta da Empresa

Em assembleia realizada no início dessa tarde, os trabalhadores e trabalhadoras da Ebserh/MA disseram NÃO à contraproposta apresentada pela direção da Empresa.

A resposta do Maranhão irá somar-se às respostas de trabalhadores(as) de todo o Brasil, e na próxima sexta-feira, 25, o resultado das assembleias será informado à Ebserh.

A direção da Ebserh vem tentando interferir no processo de decisão dos empregados (as) numa atitude considerada prática antissindical. É importante que cada um entenda a proposta e possa tomar sua decisão a partir da própria ótica e não influenciados pela visão da direção da empresa. Por isso, a participação de todos e todas nas assembleias é crucial.

Após empregados da Ebserh rejeitarem a última proposta de ACT encaminhada pela Ebserh em fevereiro, a direção da empresa apresentou uma nova proposta com índices de reajuste diferenciados para os empregados podendo alcançar mais de 20% a depender do cargo. Anteriormente a proposta previa 10,38% na tabela salarial vigente de todos os empregados a ser aplicado a partir de março

de 2022, sem direito a retroativo.

A ideia de índices diferenciados não foi bem recebida. Entre pontos prioritários está a cobrança de um reajuste linear, compatível com a inflação do período que vai de 03/2019 a 02/2022, para todos os empregados, estendido aos benefícios, incluindo retroativo. Os empregados ainda lutam pela manutenção de todas as cláusulas contidas no atual ACT da categoria. A empresa insiste em alterar regras da insalubridade

que para os empregados segue como ponto inegociável. Os empregados buscam ainda acrescentar um valor de R\$600 ao salário de assistentes administrativos.

Condsef/Fenadsef, FNE, Fenam, Fenafar e CNTS reforçam que a decisão da maioria é soberana e essa decisão será respeitada e encaminhada para que os próximos passos no processo de negociação que permanece com impasses possam ser dados.

Com informações da Condsef.

### ASSEMBLEIA POR LOCAL DE TRABALHO - IFMA



O SINDSEP/MA convoca todos os servidores do IFMA, filiados ao sindicato, para uma assembleia com o objetivo de discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- ✓ Greve dia 23/03 -  
(Reposição Salarial de 19,99%)
- ✓ Insalubridade e Periculosidade.
- ✓ Licença Prêmio
- ✓ Aposentadoria Especial

**Data:**  
22/Março/2022  
**Horário:**  
15h

**Local:**  
Auditório Florise Pérola  
IFMA  
Campus Monte Castelo

## Violência policial contra negros e racismo institucional pioram com crise no Brasil

Nesta segunda-feira (21) se celebra o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela ONU. É um dia importante que reforça a luta contra o racismo e lembra o Massacre de Sharpeville, em Joanesburgo, na África do Sul, no qual negros e negras de diversas idades foram assassinados sem compaixão durante o regime do apartheid, no dia 21 de março de 1960.

Nesta data, aproximadamente vinte mil pessoas protestavam contra a “lei do passe”, em Joanesburgo. A lei obrigava negros a andarem com identificações que limitavam os locais por onde poderiam circular dentro da cidade. As tropas militares do apartheid atacaram os manifestantes e mataram 69 pessoas, além de ferir uma centena de outras.

No Brasil, são as balas perdidas e a violência policial que separam negros de brancos ao sempre ir de encontro aos corpos negros. Um quadro duro que se agravou com o desemprego recorde em meio à crise econômica que atinge pretos e pardos de forma mais intensa do que brancos.

O racismo estrutural e institucional se expressa, especialmente, na violência policial escancarada contra a juventude negra que passou a ser denunciada e reverberada ao mundo pelo movimento negro, inclusive no Brasil.

Nomes como os de Yago Macedo, de 21 anos, Yago Corrêa de Souza, de 21 anos, Alexandre dos Santos, 20 anos, Patrick Sapucaia, 16, e Cauê Guimarães, que não teve a idade divulgada, se somam aos milhares de casos de

racismo institucional no país. Todos eles foram vítimas de uma política de segurança pública falha e excludente no Brasil.

As vítimas têm cor e endereço, mas é no Rio de Janeiro que a escalada de violência policial que reverbera no país contra a população negra deságua. De acordo com o levantamento do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), divulgado em fevereiro deste ano, houve um agravamento do racismo nas abordagens policiais e, por consequência, em todo o ciclo da justiça criminal, no Rio de Janeiro.

A pesquisa intitulada “negro trauma, racismo e abordagem policial na cidade do Rio”, mostra que 63% das abordagens policiais na cidade têm como alvo pessoas negras. Os dados inéditos revelam o caráter racista como centro da atividade policial do estado do Rio de Janeiro.

Segundo o levantamento, um quinto (17%) dessas pessoas já foi abordada pela polícia mais de 10 vezes. Diz ainda que negros correspondem a 68% das pessoas abordadas andando a pé na rua ou na praia, enquanto apenas 25% dos brancos são parados pela polícia nas mesmas circunstâncias.

“A gente percebe o quanto que essa questão de raça ainda é operante na nossa sociedade porque falar de racismo e combater o racismo vai demandar uma reestruturação de toda uma perspectiva de educação e ciência que foram pau-



tadas a partir da perspectiva de raça”, afirma Aline Martinells, pesquisadora sobre assistência social e raça e membra da rede de mulheres negras evangélicas no Brasil.

Essa violência atinge principalmente as mulheres negras, ressalta a secretária-Adjunta de Combate ao Racismo da CUT, Rosana Fernandes.

“As mulheres negras muitas vezes não conseguem nem dormir porque ficam preocupadas se seus companheiros e filhos vão voltar para casa”, afirma a dirigente.

“Esses índices [de violência] trazem uma discussão muito grande que a população tem que começar a debater que é qual o sistema de segurança que a gente quer”, propõe Rosana, que acrescenta: “E não é esse sistema de segurança onde as pessoas são avaliadas e julgadas simplesmente pela cor da sua pele”.

Matéria completa [cut.org.br](http://cut.org.br)